

I N F O R M E

CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 50 • Junho • 1993

A quem interessa esta modernidade?

A defesa da modernidade se contrapõe às propostas daqueles hoje considerados nacionalistas "pré-históricos". Especialistas em estratégia militar, política industrial e comunicação social debatem a chamada "nova ordem internacional" e mostram que a única chance de sobrevivência do Brasil dentro desse contexto mundial está na construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

Páginas 6 a 9



Aspásia Camargo:
IPEA retoma
planejamento

Páginas 4 e 5

O desafio da
nova política
industrial

Páginas 10 e 11

Com a posse do Ministro Fernando Henrique Cardoso, o país passa, como atestam as recentes pesquisas de opinião, por um período de renovação de esperanças e expectativas positivas, quanto à melhoria do quadro econômico.

Efetivamente algumas tendências devem se confirmar uma vez que, se por um lado a nova equipe assume diante de um contexto de crise (difícil imaginar pior), quer no âmbito político quer no econômico, por outro encontra uma sociedade amadurecida, que vivencia o surgimento de uma consciência coletiva a qual rejeita práticas tradicionais e demagógicas e pleiteia a transparência das regras públicas.

Contudo, a despeito do movimento para a reconstrução dos instrumentos de planejamento e do esforço em restabelecer a credibilidade do setor governamental, no que tange às propostas anunciadas, nota-se que mais uma vez não se levanta a discussão quanto à face futura do Brasil, não se vislumbra a possibilidade de se debater um *projeto nacional*.

Alguns afirmariam que é impossível fazê-lo, pois a instabilidade conjuntural, independente da forma em que se configure, imobiliza ações duradouras, inibindo, assim, políticas que contemplem as opções e preferências da nação quanto a seu destino.

Se é fato que os problemas de hoje impedem atitudes claras para o futuro, devemos aceitar também como verdade que sem uma meta ou um referencial, será muito difícil encontrar a saída, notadamente a correta, para a crise que vivemos. Parece fácil entender que nos mantermos restritos às questões de curto prazo prejudica, ou encobre, a busca da definição sobre os rumos do país.

A conjuntura econômica, que foi o mote dos economistas nos últimos anos, embora não deva ser desprezada, não pode ser a preocupação central de quem tem por profissão a responsabilidade de trabalhar pelo bem estar social. Não haverá bem estar sem um *projeto* que o consolide e o enraíze, de modo permanente.

E o que seria o *projeto nacional*? Contribuir para sua formulação tem sido a principal tarefa das entidades da categoria no Rio de Janeiro, que entendem que a retomada do crescimento não se dará pelo simples desejo de crescer, e sim pelo empenho, pela capacidade coletiva de definir o Brasil que queremos e **redesenhar o futuro**.

Gostaríamos de acrescentar mais um nome à lista dos "dinossauros" presentes neste boletim: o do próprio Informe CORECON, que acaba de atingir sua edição número 50. Afinal, se é verdade que o Brasil é um país sem memória, qualquer projeto iniciado há bem mais de 50 meses deve parecer pré-histórico.

Mas se há algum mérito nessa pequena façanha - atingir a quinquagésima edição -, ele reside no fato de que, em meio às poderosas fábricas de unanimidades, tão bem enraizadas na sociedade brasileira, nossa entidade conseguiu manter, com seus próprios recursos, um tablóide cuja tiragem atual é de 20 mil exemplares, distribuídos via postal para os economistas fluminenses e também para outros estados. No jornal, as discussões sobre os rumos da economia do País puderam ser travadas democraticamente, e sempre houve espaço para os debates em que, através do amadurecimento de nossos pontos de vista, fortalecemos nossa posição na histórica luta da sociedade brasileira - lado a lado com seus setores mais progressistas - por um país com justiça social.

Embates ideológicos envolvendo liberalismo, estatismo e socialismo, engajamento nas questões mais importantes da conjuntura, reflexões sobre um projeto - digno e justo - de desenvolvimento, defesa da soberania nacional, tudo isso - para alguns - seriam fragmentos de um ideário condenado à extinção. Mas, na verdade, nosso país não conseguirá ir além dos simulacros de modernidade sem enfrentar essas discussões. E enfrentá-las é o que pretendemos continuar fazendo em nossas próximas edições.

I

A diretoria do Sindicato dos Economistas do estado do Rio de Janeiro convoca todos os associados quites a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 6 de julho de 1993, às 18h em primeira convocação e às 18:30h em segunda convocação; na sede do Sindicato à Av. treze de Maio, 23/1608, com a seguinte ordem do dia: a) Alteração nos estatutos do sindicato; b) assuntos gerais.

II

A diretoria do Sindicato dos Economistas do estado do Rio de Janeiro convoca todos os associados quites a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 15 de julho de 1993, às 18h em primeira convocação e às 18:30h em segunda convocação, na sede do Sindicato, à Av. Treze de Maio, 23/1608, com a seguinte ordem do dia: a) abertura do processo eleitoral; b) eleição da comissão eleitoral; c) assuntos gerais. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1993.

João Manoel Gonçalves Barbosa.
PRESIDENTE

CURSO

"Estatísticas econômicas"

De 02/08 a 02/09
segundas e quintas
das 18:30h às 20h.
Informações: IERJ/CORECON
Av. Rio Branco, 109/19º andar.
Tels. 231-1077 / 253-4328

PAINEL

Privatização no Sistema de Telecomunicações

05/07, às 18h
Faculdade
Cândido Mendes
Rua da Assembléia, nº 10, 5º andar.
Com Maria da Conceição Tavares, presidente do IERJ; Gaspar Vianna, da Assessoria Jurídica da Embratel; e Ricardo Nimprates, mestre/IEI, de UFRJ.
Organização:
CORECON, IERJ, SINDECON, AFBNDE e AEBT.

CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Mauricio Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascounto da Rocha, José Roberto Correia Soeiro. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto. **INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge. **Coordenação e Edição:** Frilas Serviços Jornalísticos Ltda - Tel (021)262-2832 Tel. e Fax: (021)262-7076. **Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Reportagem:** Malu Machado e Sônia Jôia. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustrações:** Zope. **Fotolito e Impressão:** Gráfica Tipológica. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

As "novidades" inevitáveis

As recentes medidas econômicas adotadas pelo governo federal ainda não se constituem em uma mudança significativa nos rumos do país. Pelo contrário. Para Carlos Lessa, essas medidas seriam apenas as elementares. Na estratégia de interiorizar as atividades do CORECON, o primeiro evento do ano foi a palestra do professor Lessa, realizada em junho, em Nova Friburgo. Na sequência de debates e palestras a serem promovidos fora da capital, já estão programados a "Semana do Economista", de 09 a 13 de agosto, em Campos, e debates em Volta Redonda e Resende, também em agosto, em data a ser definida.

O reajuste mensal de salários, aprovado pela Câmara dos Deputados, era uma medida inevitável, numa economia em que a inflação chega a 30% ao mês. Essa é a opinião do professor Carlos Lessa, para quem, sem acerto de perdas, a recessão poderá atingir níveis ainda mais insuportáveis.

Lessa descreve os passos do processo inflacionário no Brasil, lembrando constatações já feitas por ele e outros economistas anteriormente, mas que continuam atualíssimas, e, por isso mesmo, servem como um alerta: a questão continua a mesma, os pontos a serem resolvidos são os mesmos. Quando será tomada uma atitude efetiva e permanente? Fica a pergunta no ar.

"A política econômica, ou melhor, a capacidade de operar política e economia no Brasil, está extremamente reduzida. Hoje, o processo inflacionário tem o seu comando fora dos instrumentos convencionais de política econômica. Vem se generalizando a prática empresarial de reajustes preventivos de preços. Ou seja, a empresa não move seus preços em função da elevação de custos verificada, mas sim em função da taxa inflacionária.

Esse tabelamento preventivo só pode ser praticado por empresas com poder sobre respectivas estruturas de mercado. Não é o botequim da esquina, nem o comércio varejista, que pode fazer tal coisa. São as grandes conglomerados dominantes que, na maioria dos nossos setores industriais, têm esse imenso poder.

No Brasil, o grau de concentração industrial não é superior nem inferior a qualquer economia capitalista industrial. Aqui, como lá, as empresas

dominantes têm esse poder de comando sobre os preços. O que nos diferencia de lá é a existência de nossas peculiares regras de indexação financeira. Aqui, as relações de débito e crédito estão contratualmente defendidas da erosão inflacionária. Ou seja, construiu-se uma espécie de seguro em grupo para toda a riqueza mobiliária.

Isso permite ao setor privado conviver impune com taxas de inflação elevadas. Lá fora, uma elevação da taxa de inflação implica na destruição via desvalorização real do estoque da riqueza mobiliária. Os credores perdem, e os devedores são premiados com perdão parcial das dívidas.

A vulnerabilidade da riqueza mobiliária constitui uma espécie de contrapoder, em relação a remarkamentos preventivos de preços. No Brasil, o contra-poder está cancelado pelas nossas peculiares regras de indexação universal. Assim sendo, é cômodo para a grande empresa, a empresa líder, o processo inflacionário.

Alguém poderia contra-argumentar, dizendo que, associado ao processo inflacionário prolongado e exacerbado, surge e se desenvolve uma tendência recessiva, que retira o dinamismo dos mercados. Isso é verdade.

Entretanto, é sabido que, para as empresas líderes, há sempre a possibilidade de elevar suas margens de contribuição, lançando mão do já referido poder de mercado, defendendo massa de lucro, via elevação da margem de lucro unitária.

Além do mais, cabe a nós não esquecer que períodos de estagnação permitem crescimento de uma empresa mediante a ocupação de espaços criados, ou por quebra ou por retirada de competidores

mais débeis. Em outro ponto, nós temos o bônus adicional, que hoje está solidamente instituído na vida financeira brasileira, e permite a aplicação de saldos financeiros, inclusive caixa, a taxas de juros reais e positivas. Com isso, os balanços dessas empresas são enfeitados com receitas não-operacionais crescentes.

Esse é um contexto extremamente cômodo para quem tem poder. Na verdade, é uma situação cômoda, defendida por aqueles setores da sociedade, e até mesmo estimulante. Não surpreen-

de, então, que o único medo resida numa eventual mudança das regras do jogo ou quebra de relações contratuais.

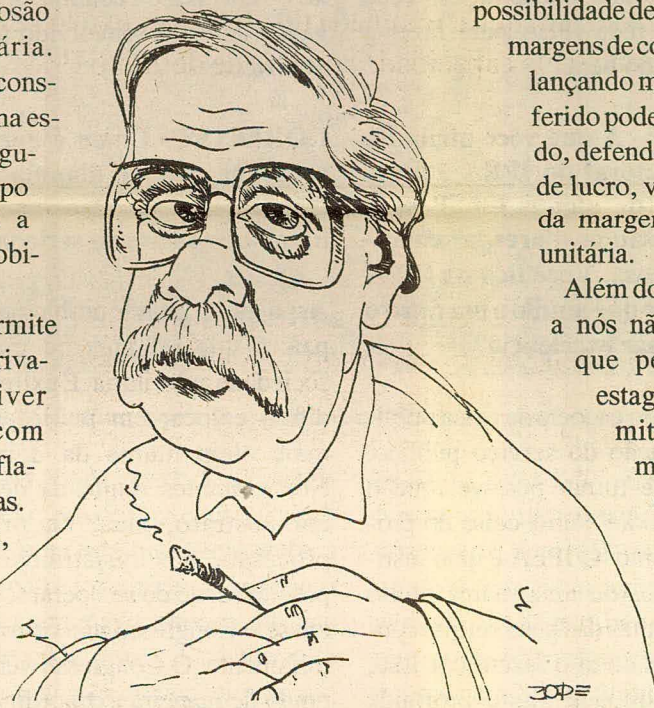
No passado recente, vimos serem festejadas as administrações de política econômica que garantiram a intocabilidade nas regras desse jogo. O único temor verdadeiro, quando há qualquer substituição ministerial, é saber o que passa na cabeça do novo ministro. Aliás, nesses momentos, a taxa da inflação se eleva previamente, como um tipo de aviso de "Não faça nada" ao ministro que entra.

O problema das altas taxas de desemprego, da perda de substância econômica e da elevação inflacionária não aparece na especulação. Procura-se adivinhar se o ministro pensa em fazer alguma coisa, até o momento em que ele declara que não vai fazer nada.

O fracasso das tentativas ditas heterodoxas conviveu nos últimos dez anos com as políticas do feijão com arroz. Odiadas as primeiras e festejadas as segundas, só permite um tipo de conclusão: estamos confortáveis com a inflação.

Quem perde com a inflação não conta. Até porque é sempre possível, às empresas que estão comodamente instaladas na liderança desse processo, conceder reajustes, via bônus da inflação verificada. Afinal de contas, para os seus preços, elas projetam a inflação futura. E, para seus empregados, corrigem a inflação passada.

Vai-se dizer que muitas empresas não podem fazer esse jogo. E isso é verdade. Vai-se dizer também que muitos são perdedores nesse jogo. O que é outra verdade. Porém, o peso dos que ganham mostrou historicamente o poder de encurralar a política econômica, condenada à impotência."



A sociologia em terra devastada

Ela veio engrossar as fileiras de sociólogos que estão ocupando posições de liderança no cenário político do País, a exemplo de Herbert de Souza - no combate à miséria - e dos ministros Fernando Henrique Cardoso e Alexis Stepanenko. Secretária de Cultura do estado do Rio de Janeiro durante o governo Moreira Franco, Aspásia Camargo foi nomeada, agora em junho, presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Aplicado, e falou ao Informe CORECON sobre o estado de abandono em que encontrou essa instituição, cuja credibilidade - fez questão de ressaltar - ainda é muito grande junto a partidos políticos, órgãos da imprensa e diversas outras entidades civis. Aspásia deixou claro que a primeira atitude a tomar é a recuperação do IPEA, procurando ajustar as atividades do instituto às novas necessidades de planejamento do Brasil. A entrevista também contou com a participação do cientista político e ex-presidente do IBGE Edson Nunes, atual representante do Ministério do Planejamento no Rio de Janeiro.

CORECON - Como é que uma pessoa ligada à cultura, socióloga, se posiciona frente a um órgão ligado ao planejamento do Estado?

Aspásia - Eu tenho um certo gosto pelas coisas importantes que são demolidas. Meu trabalho com a cultura foi um pouco isso. Peguei uma secretaria inteiramente destroçada, sem projetos, sem pessoal qualificado. A situação do IPEA é melhor. Ele é um órgão que nós podemos dizer que sobreviveu ileso, não administrativamente, mas simbolicamente ileso a tudo isso. O que mais me comoveu ao assumir esse cargo foi a unanimidade nacional do IPEA. Não há partido político, empresários ou jornalista que não se comova com a idéia de recuperar o IPEA. Se há uma unanimidade pública em torno da necessidade de se ter um órgão de planejamento, metade do caminho está andado. O que eu tenho que fazer, na verdade, é só reforçar isso.

CORECON - O IPEA não está muito limitado a fazer levantamentos de números, estatísticas? Você pretende dar novas diretrizes ao instituto?

Aspásia - Tudo que o IPEA faz é de muito boa qualidade, é muito bem recebido. A imprensa é muito grata, porque o IPEA ajuda muito. Agora, a sensação que nós temos é como se ele fosse uma zona bombardeada. Muitas alas, muitos projetos desapareceram. As pessoas vão embora, vão procurar salários melhores em outros ministéri-

os, é uma revoada. Hoje, a única coisa que se pode dizer de positivo é que há "ipeanos", como eles mesmos dizem, que estão por toda a parte. Se você quiser fazer uma conspiração, você pode usar a rede IPEA para fazer a conspiração do bem.

CORECON - A que você atribui a resistência moral do IPEA e até a permanência de alguns estudiosos? Os salários são os piores, as condições, péssimas... Você fica no IPEA por quê? Por que aquilo é um centro acadêmico por excelência?

Aspásia - É um cacoete da coisa pública, da prestação do serviço público. Essa idéia de tornar possível que o governo melhore é uma coisa do profissional mesmo. O IPEA é uma instituição que deixou uma marca muito profunda. Muitas das pessoas que continuam operando lá o fazem por isso, por uma identidade muito profunda com a idéia de Estado.

Por que uma socióloga? A sociologia está sempre envolvida com outras atividades. E, na verdade, nós somos uma geração que viveu intensamente a dimensão do desenvolvimento. Nós fomos obcecados pelo desenvolvimento. Sociologia empresarial, dos trabalhadores, sociologia da independência, tudo foi feito em função do desenvolvimento. O IPEA é um instituto de planejamento do desenvolvimento. A sociologia tem a ver com essa capacidade de se dar bem com todas as disciplinas. Eu não vejo uma oposição à

economia. Ao contrário, vejo uma parceria muito saudável. Até porque os sociólogos não são e nem podem ser, diante da questão econômica, ortodoxos. Às vezes o economista tem obrigação de ter desenvolvido um plano, um pacote.

CORECON - Como é que o IPEA consegue propor alguma coisa ao Congresso e se relacionar com ele numa certa base de seriedade?

Aspásia - O grande problema do nosso país é que estamos no circuito da sociedade autoritária. É extremamente difícil colocar em prática as coisas mais elementares da democracia. Nós gostamos muito da democracia em abstrato, mas, na prática do processo, nós resistimos. Não há possibilidade de se operar a democracia se o Congresso não operar satisfatoriamente. O Congresso vem melhorando de maneira extraordinária. E só não melhorou mais porque nós somos a única ditadura que funcionou com um Congresso aberto. Na época, achamos ótimo, porque era o único tipo de garantia que tínhamos, mas, na verdade, foi péssimo. O Congresso ficou com problemas institucionais, que a democracia não conseguiu resolver imediatamente.

Essas dificuldades são de uma sociedade desligada corporativamente, segmentada por profissões. E ela só dialoga no bojo da estrutura profissional. Isso é muito complicado, porque você passa a ter na própria Constituição

privilégios de castas, o que não é democrático. Foi assim que nós raciocinamos durante 50 anos.

A organização corporativa é válida, o que não é bom são os privilégios constitucionais profissionais. Você não consegue passar uma lei. Um grupo quer aquilo, o outro não quer. Conclusão: o país ficou espartilhado.

Ninguém pode negar hoje que existem uns 60 deputados no Congresso que são do mais alto nível, que estão ajudando a fazer tudo, que participam, como em todo lugar do mundo. E ninguém vai imaginar que todos aqueles deputados dos EUA são excelentes. Isso não existe. Nós temos que trabalhar com as lideranças, com aqueles que têm projetos, que têm opiniões. O IPEA não tem nenhum compromisso de dizer ao governo que vai fazer essa ou aquela lei. Trabalhar um projeto nacional é uma coisa bem mais difusa. Nós queremos que todos aqueles que têm propostas, que façam. Eu acredito nessa coisa bem grega que você, através da discussão, do diálogo, vai consolidando as idéias, vai depurando.

Quando você procura o Congresso, tenta trabalhar com ele, ele responde muito bem. Os parlamentares ficam muito contentes quando as pessoas vão lá. Mas as pessoas acham que isso é complicado, não sabem como isso pode ser feito, ficam tímidas. Isso está mudando. Cada vez mais a sociedade está se aproximando do Congresso, o que é muito bom, porque a comunicação entre os deputados e seus redutos ainda é muito precária.

Edson Nunes - A Aspásia está levantando uma discussão que ficou ausente, que é a questão da transição política para a democracia. A ditadura brasileira deixou de fazer essa transição. Deixamos de fazer uma série de ajustes que eram esperados. Um pouco da idéia de liberação econômica é você fazer um aprofundamento do processo de industrialização, o que significa ter que lidar com uma repressão de demanda violenta. Portanto, você tinha que ter um regime burocrático autoritário, para fazer um ajuste, para fazer regras de financiamentos. É verdade que o Estado brasileiro fez isso no começo. Isso foi muito dilapidado durante os dois ou três últimos governos militares. Até mesmo pela sua necessidade de interação do Estado, fez-se uma regra de interação com o Congresso, uma regra de patronagem de política tradicional. O grande ajuste ficou para o regime civil brasileiro fazer.

Nós estamos vivendo efetivamente a primeira rodada eleitoral de transição democrática brasileira. A democracia brasileira herdou problemas de magnitude muito grande. O que significa planejar uma sociedade democrática e aberta? Como é que você enfrenta esse desafio?

Aspásia - Como é que você estabelece prioridades? Ouvindo a sociedade. Nós fizemos a nossa "glasnost", sem fazer a "perestroika". Isso é um risco muito grande, porque agora você tem de fazer ajustes econômicos. Mas na verdade é um momento muito bonito. Você tem projetos da Força Sindical, algumas corporações têm projetos, os partidos têm projetos. Agora, os partidos é que estão muito fragmentados, entre si e dentro de cada um.

Edson - O funcionamento do Congresso, dentro do governo militar, fez com que fosse muito fácil se extrair proteção do Congresso. Agora são leis. E o judiciário brasileiro, na velha tradição, vai à forra também. Como foi fácil extrair regulamentação, ficamos com um problema adicional: a base eleitoral brasileira cresceu mais do que a base econômica. O país ficou muito grande, com mais de 80 milhões de eleitores, e o Congresso não reformulou suas bases de consolidação partidária. Gostemos ou não, qualquer política econômica está condenada a ser retalhada no Congresso.

O Congresso, no entanto, responde bem às eleições carismáticas, como a de Fernando Collor. Ele se consolida, etc. Na ausência de um comando com uma linha mais clara, é como se fosse levado ao esartejamento. Essa é uma questão que os partidos vão ter que considerar, sob pena de suicídio coletivo. Então, como é que se faz uma política de planejamento?

Aspásia - A solução mais rápida que consigo enxergar é o Brasil se interiorizar e assimilar os movimentos regionais, mais iniciativa, mais competição entre as unidades. Toda vez que a competição baixa muito, acaba-se virando uma casa de caridade.

A reforma da máquina do Estado, que foi totalmente dilacerada no Governo Collor, seria um grande e nobre



Aspásia Camargo: "O prestígio do IPEA já é metade do caminho".

objetivo do IPEA. O Estado, como ele foi deixado, possibilita cometer muitos erros, uma vez que quem tinha a chave do cofre foi embora. São poucos os que ficaram que conhecem a fundo as leis de cada órgão. Está havendo uma reformulação do conceito de público. Para uma geração inteira, público era sinônimo de Estado. Mas a idéia hoje está sendo rediscutida, e você pode ter coisas públicas que não são estatais. As ONGs, por exemplo, estão um pouco nessa linha. O Estado deve ou não investir na sua estrutura? Se o setor privado puder fazer isso, ótimo. Isso tudo é que tem de ser decidido.

CORECON - Como fica a economia interna, diante da globalização?

Aspásia - É uma dualidade estrutural muito grave, porque o número de pes-

soas que vão ser incorporadas é muito pequeno. Pelo menos nesse início de processo. Para lidar com essas diferenças você precisa ter Estado. Ele equaliza, homogeneiza. Não poderíamos sobreviver no Brasil sem essa visão de um Estado democrático que presida a justiça social. Só que não é mais uma situação de monopólio. Você vai ter competição para fazer esse serviço social. Quanto maior o número de agentes credenciados para fazer esse serviço melhor, porque de fato um vai controlar o outro. Um dos assuntos que eu mais tenho pensado é essa questão da territorialidade. Mais do que desigualdade, o Brasil tem heterogeneidade. Mato Grosso do Sul tem a segunda renda *per capita* do Brasil. O país é rico, existe prosperidade.

Aí aparece outro problema, porque

deverá ser a protagonista disso, mas não conseguiu ainda amadurecer suficientemente essa função, a ponto de que se possa transferir automaticamente estas funções do Estado para baixo. Mas também o Estado não pode fazer mais, porque não tem legitimidade. O que ele fizer, alguém vai contra.

O que temos que fazer é tentar acelerar isso, para ver se resolve. O governo Itamar teve uma coragem muito grande, que é fruto também da maturidade de todos nós, de assumir essa guerra contra a inflação. O ministro do Planejamento está inteiramente afinado com o Ministério da Fazenda, comungando dessa mesma definição de prioridade. O grande problema que enfrentamos nessa sociedade foi a cultura da inflação, a cumplicidade com a inflação. E agora, chegamos a uma cronicidade tal que realmente seria suicídio tentar crescer com 30% ao mês.

A falta de um projeto nacional que seja consensual leva as pessoas a viverem um corte na inflação como uma coisa punitiva, e não como um processo de reestruturação. E as pessoas têm um pouco de razão nisso. Se você não sabe para onde o país vai caminhar, fica difícil aceitar qualquer aperto.

Essa inflação tem muito a ver com o IPEA, porque é uma inflação de desordem fiscal. Em parte, por falta de dados, em parte, porque ninguém sabe quanto se ganha, quanto se gasta, etc. O problema número um hoje é realmente combater a inflação, organizar a casa e quebrar esses privilégios que tornam o sistema de troca extremamente canceroso. A inflação corrói o tecido social, surge o problema moral, de roubo, de esperteza... tudo isso vem do fato de que não se ter orçamento, não ter transparência. E para acabar com isso é preciso fixar prioridades que sejam pragmáticas, e na direção em que todos concordem que se deva andar, para se poder incentivar as pessoas a caminhar naquela direção.

Planejamento, como eu veria hoje, tem que ajudar o país a se diferenciar regionalmente e que leve em conta que as coisas estão se expandindo para outras áreas. Temos que ter um tratamento específico para a área que tem que se reciclar, como o eixo Rio - São Paulo, e outro para as áreas que estão se expandindo agora. Juntar esses esforços, descentralizar os postos de tecnologia. Pensar o planejamento de forma diferenciada e não querer pasteurizar. O desafio é esse.

os dados do IBGE pararam em 1985. Nós somos, na verdade, um avião em vôo incerto, sem idéia da altura em que estamos. Parou o censo industrial, o agrícola. De 85 para cá as coisas pioraram muito. Não sabemos o tamanho de nossos problemas. A extensão do país complica, porque você precisa ter soluções diferenciadas para cada lugar. Essa é uma das grandes funções nobres em que o Estado pode ajudar, e o IPEA, certamente, precisa pensar nesses novos pólos de desenvolvimento.

CORECON - A sociedade está tomando iniciativas próprias, buscando novas formas de organização. A máquina do Estado ainda não conseguiu fazer isso.

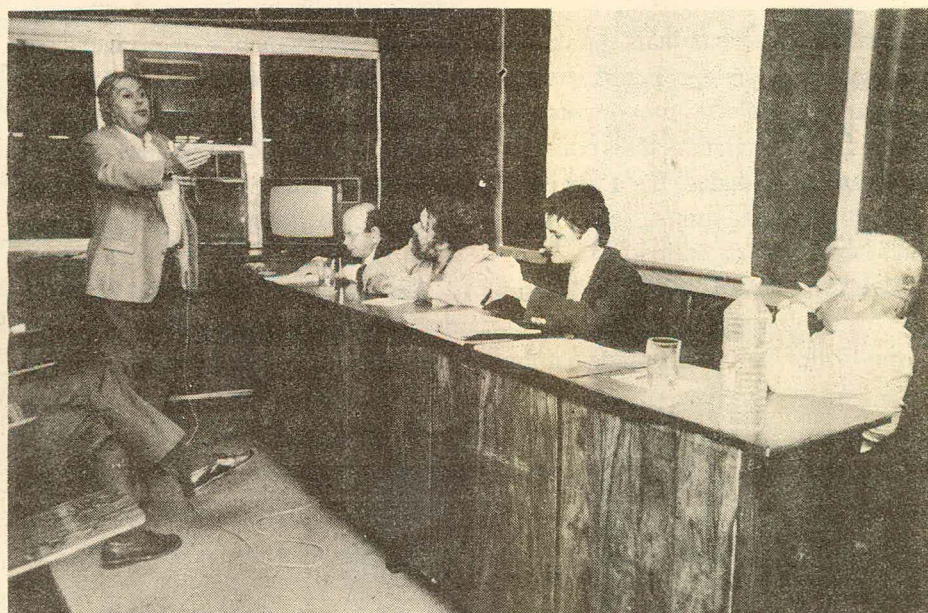
Aspásia - Estamos num ponto ainda muito crítico. A sociedade sabe que

Os dinossauros

Em resposta à "geração Roberta Close",

Reunidos no auditório do CORECON, em 21 de junho, três "dinossauros" convictos - o capitão de mar e guerra e assessor legislativo da Câmara dos Deputados, Sérgio Porto da Luz; o atual coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Nacional de Brasília e assessor da Frente Parlamentar Nacionalista, Bautista Vidal; e o editor e consultor de empresas na área de comunicação social, Marcos Dantas - apresentaram suas visões sobre essa "nova ordem" e analisaram as possibilidades de o Brasil se impor econômica e militarmente dentro do novo arranjo hegemônico internacional. O debate, promovido pelo IERJ e DTE do Clube de Engenharia, contou com a participação, dentre outros, do ex-presidente do CORECON, professor Carlos Lessa, de Márcio Henrique Monteiro de Castro, do Conselho Federal de Economia, e do professor da Cândido Mendes, economista Ronaldo Rangel. Foi consenso entre os presentes que nenhuma medida econômica ou social isolada irá tirar o país da crise se a elaboração, urgente, de um projeto nacional.

Porto da Luz defendeu a idéia de que a velha ordem de dominação sobre países periféricos se mantém e que ela é exercida através de velhas estratégias. Citando *Sun Tzu*, apontou a principal delas: a criação do dissenso no seio do inimigo. Ele prega a união do povo com as Forças Armadas para preservar as fronteiras, ameaçadas pelo interesse dos países centrais na Amazônia. Bautista Vidal apontou a tendência a uma inversão das relações de poder mundiais, devido à crise energética prevista para o final do século. A energia solar e a biomassa sinalizam para o crescimento do poder dos países situados nos trópicos e para um possível confronto com os países centrais. Marcos Dantas destacou a importância de um projeto de desenvolvimento nacional dentro de um contexto onde as novas tecnologias apontam para a exclusão dos países fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra não-qualificada do mercado mundial, em decorrência do desenvolvimento dos novos processos de produção.



Porto da Luz, Márcio, Marcos e Vidal atentos à intervenção de Lessa

Ronaldo Rangel questionou a posição de Porto da Luz de que não existiria uma nova ordem internacional. Para ele, "é óbvio que há uma nova ordem, porque há uma alteração inquestionável no padrão de produção". Do ponto de vista político, destacou que hoje não há mais um país hegemônico, mas uma aliança entre alguns países: "EUA, Alemanha e Japão formam um poder multifacetário. É possível, assim, aos países periféricos, explorar as brechas nos acordos entre os países centrais para conquistar um espaço maior dentro das relações de poder internacionais".

Para Carlos Lessa, apesar de os países hegemônicos serem os mesmos, nunca existiu anteriormente uma situação onde esse poder estivesse de tal modo partilhado como hoje. No século passado e no início deste século, a Inglaterra era o país hegemônico. Depois da Segunda Guerra, os Estados Unidos ocuparam esse lugar. Hoje existem, a seu ver, fraturas na estrutura de poder internacional, que podem ser exploradas pelo Brasil, de forma a negociar com países diversos, saindo do controle americano e criando, assim, condições de viabilidade para a construção de um projeto nacional.

Marcos Dantas não acredita que o Brasil possa explorar as fraturas entre os países do Primeiro Mundo para se

inserir no filé mignon do mercado internacional. "Existem hoje mais de 20 grandes *joint ventures* entre blocos de capital multinacional, americano, japonês e europeu. Eles estão se compondo. O sistema de telecomunicações da Ucrânia foi entregue a uma joint venture entre a estatal telefônica holandesa e a AT&T. No México, a estatal de telecomunicações foi entregue a uma joint venture entre a estatal francesa e uma corporação telefônica americana, que é um dos sete oligopólios em torno dos quais se organiza a telefonia nos EUA. A estatal argentina foi dividida em duas. A parte norte foi entregue a uma associação entre a estatal telefônica espanhola e a italiana. A parte sul a uma joint venture entre a estatal telefônica francesa e a um outro oligopólio americano. O que ocorre é uma negociação inter-pares. A Telebrás entraria numa negociação desta? Claro que não. A Telebrás é para ser esquarterada. Olhando esse quadro hoje, eu não vejo parceiros", afirmou.

Márcio Monteiro de Castro não vê nenhuma modificação na ordem mundial: "O que existem são tendências. A mudança na base do sistema de produção não implica em uma mudança imediata nas relações internacionais de poder". Para Castro, os Estados Unidos ainda detêm a hegemonia: "Eles

Hoje está em alta
"nova ordem internacional"
justificado o enterro dos ditos
Mas que "nova ordem"
tecnológicas estão criando um
trabalho? Mudam apenas
também as relações
Os países centrais também
ou somente aquele que
Qual a nova ordem
reservas energéticas
final do século? Que pa
Brasil nesse

têm a única força militar capaz de operar em qualquer lugar do planeta, dominam as reservas de energia que move o mundo hoje, a partir da guerra no Oriente Médio, e cunham a moeda mundial. A moeda é um fetiche, mas é um fetiche que funciona. Toda a riqueza financeira dos alemães e japoneses é denominada em dólar. Essa combinação é ímpar no século XX. É império mesmo. O fato de as multinacionais de diferentes países se ajustarem, como mostrou Castro, não quer dizer nada. O que elas precisam é de uma ordem, de um Estado que faça o papel de peão para seu movimento. Esse Estado pode ser Washington".

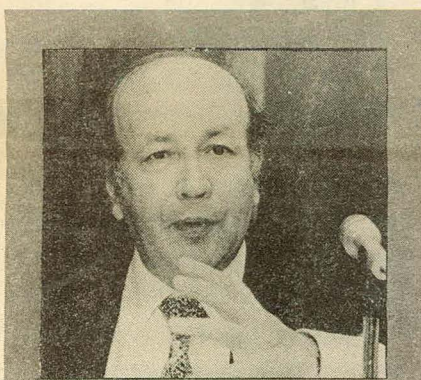
Uma reformulação do papel do Brasil no cenário internacional passaria, entretanto, necessariamente, por uma completa transformação dos meios de comunicação social, na opinião unânime do auditório. Bautista Vidal foi enfático: "Se um povo não tem auto-estima, ele não é capaz de morrer para defender seus interesses e é facilmente dominado. Os meios de comunicação vêm há décadas retirando nossa auto-estima", destacou.

A seguir os três especialistas convidados pelo Corecon analisam a "nova ordem internacional" e combatem as posições internacionalistas.

contra-atacam

es querem implantar um projeto nacional

discurso sobre uma
", e com essa expressão é
"dinossauros" nacionalistas.
essa? As transformações
nova divisão internacional do
processos de produção ou
áticas internacionais?
ndenam o seu nacionalismo
imita seus mercados?
ssível com o fim das
erais previstas para o
l pode ser ocupado pelo
vo contexto?



Sérgio Porto da Luz

*"Nossa guerra
é com o
Primeiro Mundo,
e o país está
desarmado"*

"Quando os países estão em conflito, o essencial é a informação. Numa linha de frente de combate, os espões são essenciais. O Brasil parece, entretanto, ignorar esse princípio básico. O acordo assinado com a Argentina em 1981 e depois ampliado num acordo quadripartite com a Agência Internacional de Energia Atômica de Viena, dá todas as informações estratégicas de bandeja, ao permitir que o Primeiro Mundo ins-

pecione a tecnologia nuclear autonomamente desenvolvida.

Se estivermos desenvolvendo uma tecnologia e o Primeiro Mundo quiser descobrir exatamente qual é, basta o Greenpeace denunciar que ali está sendo feita uma bomba atômica. Para provar que não, teremos que concordar com uma inspeção da Agência de Viena. Por que isso? Porque o mundo está cada vez mais se "internacionalizando". Mas, obviamente, não podemos inspecionar um país do Primeiro Mundo. Quem não tem poder, atende a quem tem poder.

A tão falada "nova ordem internacional" não passa de uma balela. O que existe é a mesma velha ordem. Existiria uma nova ordem só porque caiu o muro de Berlim? Os Estados Unidos realizaram 53 operações militares de 1980 até 1991. Nenhuma delas teve qualquer relação com os soviéticos. Então, não tem sentido dizer que quando cai a União Soviética, modifica-se a velha ordem. Nós não somos um país independente. Não percebemos que só podemos desenvolver nosso país se tivermos a permissão dos proprietários do planeta. O planeta terra é finito. Os recursos são finitos. Para poder desenvolver nosso país, precisamos aumentar a captação de recursos. Nós crescemos o equivalente a um Uruguai por ano. Precisamos aumentar a captação. Quando fazemos isto, os países do Primeiro Mundo dizem: cuidado, vão destruir o planeta terra!

Em 1989, nós lutamos, a partir da Escola Superior de Guerra (ESG), para mudar a hipótese de Guerra. Hoje, ela não é mais com a Argentina, mas com o Primeiro Mundo. A defesa principal está voltada para a Amazônia. Por isso, algumas brigadas estão sendo deslocadas do sul para a Amazônia. Mas só quando o Exército conseguir passar para a sociedade a compreensão de que todos os brasileiros são soldados sem farda em caso de guerra, ou seja, quando passarmos a ser guerrilheiros em potencial, a ocupação da Amazônia passará a representar para o Primeiro

Mundo um custo em sangue. Quando um país de maior poder desenvolve uma expedição militar contra um país de menor poder, ele só o faz se tiver certeza na vitória.

Nós estamos sendo sujeitados até hoje, sem que um conflito militar tenha sido necessário. Apenas com o incentivo de nossas divisões internas. O Brasil oferece a sua mão-de-obra barata, os seus insumos e o seu mercado, sem que os que se beneficiam com essa apropriação precisem fazer escolas para nossas crianças, dar assistência médica ou saneamento para a população. Assim, não há necessidade de invadir o Brasil. Basta alimentar as dissensões internas. Sun Tzu já dizia, na China antiga, que o bom estrategista é capaz de derrotar o inimigo sem atacá-lo, de ocupar as cidades inimigas sem destruir os seus bens, de ocupar seu território sem necessidade de choques sangrentos e ocupar sua cabeça, fazendo com que ele desconfie de seu irmão.

Por que a ala internacionalista do Itamarati, até mesmo muitas cabeças inteligentes, insistem nesta posição de entregar a tecnologia nuclear autonomamente desenvolvida? Porque eles imaginam que os militares querem fazer bomba atômica. Com o enfrentamento, ainda na cabeça de alguns, entre a sociedade civil e os militares, e como esta sociedade civil teme que não possa controlar os militares, decidimos chamar o Primeiro Mundo para que eles exerçam controle sobre nós. Não vemos que o que está sendo controlado é o nosso país. Está sendo permitida uma invasão para aferir o nível da tecnologia nuclear do Brasil.

A reserva dos Ianomamis foi outra bobagem. O ministro do Exército aceitou uma imposição de natureza política, que cria uma vulnerabilidade territorial na fronteira. Os americanos estão sempre querendo fazer operações militares na fronteira norte. O Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército recebe permanentemente propostas de países do Primeiro Mundo para realizarem operações conjun-

tas. Com a reserva, abre-se caminho para o Primeiro Mundo dizer que aquela é uma nova nação.

Nós vimos na Guerra do Iraque uma espécie de Fliperama, com o envio, a longa distância, de mísseis inteligentes, sem ser preciso passar por cima do alvo. Dessa forma, os pilotos viravam super-heróis sem correr nenhum risco. Nas Malvinas, vimos a Força Tarefa Inglesa lançar aquela longa linha logística a um custo muito baixo. Quase não perderam navios. Os argentinos, naquela época, se tivessem uns quatro ou cinco submarinos nucleares, teriam transformado aquela linha logística em um inferno. Eles iam pensar que os navios podiam ser afundados, que eles podiam morrer. Se for necessário que se corra risco de sangue, um povo vai pensar três, dez vezes, antes de apoiar uma guerra.

A expressão militar do poder nacional tem que ser um canivete afiado. Suficientemente pequeno, para ter um baixo custo, mas suficientemente afiado e com gente capaz de usá-lo para cortar a barriga de um grande homem muito forte que vem aqui nos bater. Ele tem que saber que pode sair com a barriga sangrando. E talvez não venha.

A sobrevivência das nações tem sua própria ética. Se for preciso rasgar a bíblia dos países bíblicos para garantir a sua sobrevivência e negar a nossa, eles fazem isso. O Brasil está sem poder. Não tem forças armadas com capacidade de combate. A importância da capacidade e da credibilidade das instituições militares para garantir nossa posição política não tem sido entendida pela sociedade.

É preciso estar preparado para a guerra. Só nós achamos que não vai ter guerra. Na verdade, devido ao controle aqui exercido culturalmente pelo Primeiro Mundo, a sociedade não vê que a guerra, no sentido de conflito internacional, está sempre presente. Esse conflito pode se tornar armado ou não. É claro que não vai ter guerra nunca, se nós concordarmos com todas as imposições do Primeiro Mundo. Mas se quisermos realizar um projeto nacional, é preciso que tenhamos condições militares para nos impor."

Marcos Dantas:

O maior obstáculo ao projeto nacionalista são os meios de comunicação

"Nós não éramos parte do mundo até o século XVI. Durante muitas décadas, a Europa e posteriormente os Estados Unidos precisavam dos nossos continentes pelos seus recursos naturais e para utilização da mão-de-obra mais barata possível: os escravos. Durante muitas décadas, nosso país se orgulhou de ser essencialmente agrícola. Discutia-se se o país devia ou não industrializar-se. Os "dinossauros", como os internacionalistas gostam de chamar os nacionalistas hoje, já existiam naquela época, e tiveram que lutar muito contra essa visão. Nós exportávamos café e importávamos tudo, de tijolos a bidês ingleses. Como está registrado nos jornais da época, era mais barato, era de maior qualidade.

No início do século, por uma razão de caixa do governo, elevaram-se as tarifas alfandegárias. Foi o suficiente para criar uma proteção no mercado interno e para criar uma primeira industrialização. Assim que a situação de caixa do governo regularizou-se, de novo ficou mais barato importar. Dizia-se que a produção local gerava muita carestia.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o processo mundial de acumulação capitalista necessitou exportar a industrialização para alguns países da periferia. O país passou, então, a ser unanimemente desenvolvimentista. E fizemos um desenvolvimento baseado em quê? Mais uma vez, na mão-de-obra barata e sem gerar tecnologia. Nós trazíamos de fora a tecnologia e exportávamos o trabalho barato. Por que desenvolver uma máquina aqui, se é tão fácil trazer de fora e aqui só apertar os botões?

O Brasil tornou-se uma potência industrial muito à frente dos outros e, por isso, muito difícil de ser desmontado. Mas como se configurou esse desenvolvimento? Os números que temos de meados da década de 70 indicam que cerca de metade da mão-de-obra brasileira tinha no máximo quatro anos de escolaridade. Nesse mesmo período, a mão-de-obra americana com o máximo de quatro anos de escolaridade não che-

gava nem a 2%. Cerca de 17% da mão-de-obra americana era de nível superior. A nossa não chegava a 5%. Cerca de 40% da mão-de-obra americana tinham nível médio completo. A nossa não chegava nem a 8%. E por que isso? Porque estava operando plenamente a divisão internacional do trabalho. Quando importamos tecnologia, estamos gerando emprego qualificado lá fora, demanda por um sistema de ensino melhor



"Quando importamos tecnologia, estamos gerando emprego qualificado lá fora, e demanda por um sistema de ensino melhor, por um sistema de saúde e por um padrão de vida melhor lá fora."

Marcos Dantas

lá fora, demanda por um sistema de saúde e por um padrão de vida melhor lá fora.

Chegamos assim à fase que vivemos hoje: a uma nova etapa na história da humanidade. Alguns chamam essa etapa de revolução científico-técnica, outros de revolução da informação e os economistas preferem usar a expressão terceira revolução mundial. A geração de riqueza depende agora do processamento de informações, a forma de marketing, na forma de tecnologia, na forma de gerenciamento de processos, na forma de software. É um mercado sofisticado, de mão-de-obra sofisticada.

É uma reserva imensa, que não temos como utilizar. Não temos laboratórios. Não temos empresas interessadas nesse tipo de negócio. Está tudo lá fora. Além disso, com a nova lei de patentes ficamos proibidos sequer de pensar daqui a cinco, dez ou quinze anos em explorar o imenso patrimônio que ainda temos.

Constrói-se uma nova divisão internacional, mas a sociedade brasileira está fora. Para produtos sofisticados, o mercado tem seis a quinze milhões de pessoas, no máximo. Com muito boa vontade. Para que a Toshiba vai projetar um computador de milhões e milhões de dólares para vender a um

milhão, a 500 mil pessoas? Não há escala para fazer pesquisa e desenvolvimento neste país no nível requerido por esse mercado global. Mas há um punhadinho de gente que pode continuar comprando. Então, abram-se as fronteiras!

E o que vai acontecer com a multidão que até hoje estava no mercado internacional porque era mão-de-obra barata? É aí que começa a nossa tragédia, porque ela não tem futuro. E se essa multidão começar a atrapalhar muito, será preciso fazer alguma cirurgia eletrônica em cima dela. Será preciso liquidá-la pela doença, pela cólera, por uma Bósnia qualquer. Então se planta um maluco qualquer no Rio Grande do Sul. Começa-se uma estratégia de destruição de uma nação. Para se ter um mercado de seis milhões, não é preciso este território imenso. A verdade é que todo este mundo, que precisou ser integrado para fornecer recursos naturais e mão-de-obra escrava necessária à acumulação capitalista, hoje está sendo jogado fora. E as populações estão sendo miseravelmente assassinadas.

Se queremos discutir o nosso futuro, ou a gente aceita, com toda a desgraça que vem por aí, este projeto de inserção internacional que está colocado para uma minoria que vai ter que viver atrás de grades, atrás de muros, armada, para se proteger da miséria em volta, ou então nós vamos ter que ter um projeto nacional. Não é questão de ideologia, nem de patriotismo, é questão de sobrevivência, até física, de cada um de nós. Não podemos abrir mão de internar no Brasil a revolução científico-técnica.

No momento, o maior obstáculo está no que se chama meios de comunicação social. Cerca de 70% do faturamento do mercado publicitário neste país - que é o que sustenta os meios de comunicação - é amealhado por nove famílias: Marinho, Mesquita, Civita, Levy, Saad, Bloch, Nascimento Brito, Sílvio Santos, Frias. Eles determinam o que é importante e o que não é importante. O que é assunto e o que não é assunto. Este controle está nos levando a achar que as soluções que servem a seis milhões de pessoas e a meia dúzia de transnacionais são as soluções para o resto da população que, a olhos vistos, está sendo jogada nas ruas."

Bautista Vidal:

Entre a "geração Dalva de Oliveira" e a "geração Roberta Close"

"A questão central é o poder. O Exército tem hoje 0,8% do orçamento da União e a dívida interna e externa respondem por 62,5%. O Ministério do Exército não está conseguindo dar comida a seus soldados. Já houve dezenas de rebeliões em quartéis, por fome mas, evidentemente, nada é publicado. O Brasil produziu nesses últimos anos entre 70 e 80 milhões de toneladas de grãos. Cada tonelada dá para alimentar quatro ou cinco pessoas por ano. Só em grãos, estamos produzindo o suficiente para 320 a 400 milhões de pessoas. Além disso, nós somos o primeiro produtor mundial de açúcar e o primeiro produtor mundial de mandioca, que mantém 60% de nossa população viva. Somos o segundo maior exportador de alimentos não-industrializados do mundo. Ou seja, nós já produzimos alimentos, com menos de 12,5% de utilização de nosso território, para alimentar 500 milhões de pessoas. Mas temos 68 milhões na miséria e estamos assassinando 1500 crianças por dia, de fome.

Há alguma coisa de profundamente errada nesta história. É um erro sistemático, competentemente organizado, que há longo tempo vem sendo aplicado. As causas disso não são explicitadas porque existe um projeto político para que elas jamais sejam conhecidas. Na época do Severo Gomes, fizemos um levantamento mundial sobre o papel do quartzo de primeira qualidade na indústria mundial e identificamos que o Brasil era praticamente o único fornecedor. Esse quartzo é a base de toda a indústria eletrônica moderna. Resolvemos fazer uma loucura: fechamos as exportações de quartzo. Nós estávamos exportando cerca de dez vezes a demanda mundial. Ou seja, estavam fazendo estoques. Não era uma situação perigosa de confronto, pois os estoques estavam cheios e havia condições de passarem três, quatro anos sem comprarem quartzo. Mas evidentemente a reação foi violentíssima. Mas, em menos de dois meses, o quartzo, exportado a 40 centavos, passou para oito dólares.

Nessa etapa, procuramos viabilizar a produção de quartzo fundido para elevar o preço para 80 dólares. Nosso objetivo final era produzir o componente a três mil dólares. Era preciso estruturar a coisa, mandar espões, e, enfim, fazer tudo isto que os países centrais fazem e que já vem da época do *Sun Tzu*. Durante a II Guerra Mundial, aqueles submarinos alemães que vinham à nossa costa, vinham exclusivamente buscar quart-



para os anos previstos. Os Estados Unidos têm reserva de petróleo para cinco anos de autosuficiência. O Japão tem para nenhum. A maior potência industrial vira sucata em quatro meses. A Alemanha também vira sucata. Os foguetões não saem do chão se não tiver energia.

O carvão mineral também está limitado. Não vamos nem falar da chuva ácida, mas deste pânico do efeito estufa, que cria um desequilíbrio termodinâmico na ecossfera, muda os climas do planeta, eleva o nível dos mares e outros efeitos que assustam o mundo hegemônico. Os Estados Unidos estão queimando 600 milhões de

"Nós já produzimos alimentos, em menos de 12,5% de nosso território, para alimentar 500 milhões de pessoas. Mas temos 68 milhões na miséria e estamos assassinando 1500 crianças por dia, de fome"

Bautista Vidal

zo. Isso foi constatado em uma reunião onde os americanos e alemães, hoje empresários do mesmo lado, brincavam com essa história.

O mundo hegemônico se encontra hoje em uma situação absolutamente desesperadora. Todo o desenvolvimento está fundamentado em duas formas energéticas: o petróleo e o carvão mineral. Um deles está se exaurindo, não há reservas mundiais para 27 anos, mantendo o status quo e ainda tendo em vista que 80% do petróleo mundial estão centrados em apenas 10 países. Evidentemente, se os países em desenvolvimento elevarem seu consumo, não vai dar nem

toneladas de carvão por ano e 83% da energia elétrica dos EUA dependem basicamente de carvão mineral. Os últimos números de organizações internacionais evidenciam que é absolutamente indispensável reduzir imediatamente em 80% o consumo de carvão mineral. E agora?

Nessas circunstâncias, a única alternativa viável - pois nem é bom falar em energia nuclear - são os trópicos. A quantidade de energia solar que incide sobre a terra por dia, quantitativamente, na ponta do lápis, equivale energeticamente a todas as reservas de petróleo descobertas em todos os tempos, incluindo as não

descobertas mas apenas inferidas. Então, essa civilização apoteótica do Primeiro Mundo, eu chamo de "civilização de um dia". Acontece que a quantidade fantástica de energia que incide sobre a terra não está nas regiões frias e temperadas, onde se localiza a totalidade dos países hegemônicos. Está nos trópicos. Só sobre a bacia amazônica incide por dia o equivalente a seis milhões de bombas nucleares do tamanho da bomba jogada sobre Hiroshima.

Evidentemente, o poder mundial sabe disso. Energia não se cria, ela só se transforma. Ou o mundo hegemônico se apodera dos trópicos para garantir sua sobrevivência ou o *status quo* estará inviabilizado. Tudo indica que, no futuro, a estrutura mundial de poder será completamente diferente. Nós vivemos deslumbrados com as novas tecnologias, quando o essencial é a energia. Quem tem a energia no mundo somos nós. O nosso pecado mortal é que nós somos uma sociedade deslumbrada com o mundo hegemônico e não olhamos para nós mesmos, o que é uma absoluta idiotice. Assim não vemos a crise energética que levará a uma precipitada decadência dos países e corporações que dominam o mundo. Salvo se eles se apoderarem do que é nosso. E o Brasil tem aí uma posição estratégica, pois ocupar um país só é bem mais fácil que ocupar dezenas de outros.

Eles leram obviamente muito *Sun Tzu*. "Arte da Guerra" era o livro de cabeceira de Napoleão. Para quê arriscar a vida com sangue, se através de uma legislação que os próprios nativos constroem, eu posso me apoderar absolutamente deste patrimônio e colocar os cidadãos deste país sob vara se eles se atreverem a se aproximar do patrimônio que historicamente lhes pertencia? Esse é o conteúdo da lei das patentes. É a absoluta vitória de uma guerra que não aconteceu. Há muitos idiotas por aí e uma classe dirigente sem nenhuma dignidade e sem nenhum conceito de soberania. O deputado Aloísio Mercadante, querendo parecer inteligente, substituiu o termo "dinossauros", ao referir-se a nós, nacionalistas, chamando-nos de "Geração Dalva de Oliveira". Eles é que são da "Geração Roberta Close".

A Política Industrial para os anos 90: O fantasma do sucateamento



Paralisado entre dois paradigmas - a fé cega no mercado e a proteção radical do Estado -, o país se defronta com o desafio de ter que elaborar uma nova política industrial que se adeqüe ao processo de internacionalização da economia mundial. A política de substituição de importações aplicada nas décadas de 70 e 80, apesar de ter sido capaz de desenvolver um parque industrial extenso no país, fracassou no direcionamento dado à política de ciência e tecnologia, que, desvinculada do setor produtivo, acabou por manter setores ineficientes para competirem internacionalmente. A abertura da economia e a crise financeira do poder público, que se vê obrigado a reduzir os incentivos ao setor produtivo, ameaçam largos setores da economia com o sucateamento.

Qual o novo papel do Estado nos anos 90? Essa questão foi posta em debate no Núcleo de Estratégias Empresariais Comparadas da Universidade Cândido Mendes, no dia 15 de junho, com a palestra do economista e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Augusto Guimarães. Participaram do debate os economistas Ronaldo Rangel, do Conselho Regional de Economia (CORECON), Paulo Guilherme Corrêa, um dos coordenadores do núcleo, e José Ricardo Tauile, do Instituto de Economia Industrial (IEI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na opinião de Eduardo Guimarães, ainda não existem políticas industrial e de ciência e tecnologia definidas, mas se tem consciência de que elas devem ser radicalmente distintas das aplicadas no passado. "Os anos 90 apresentam um quadro substancialmente distinto do passado. Estamos assistindo a grandes mudanças em nível mundial, de aceleração do progresso técnico. As novas tecnologias surgem a um

ritmo muito mais rápido, a vida útil das inovações é cada vez menor, rapidamente elas se tornam obsoletas, e a quantidade de recursos a serem mobilizados é muito maior. As empresas de diversos países se associam em um mesmo projeto, para terem possibilidade de se manter competindo nos setores mais dinâmicos. Vivemos a emergência de um novo paradigma organizacional dentro do processo de internacionalização da economia mundial. Para atuar de forma dinâmica no mercado, as empresas estão sendo obrigadas a ter estratégias em escala mundial. Vivemos uma reestruturação industrial e empresarial, que envolve especialização e fusão de empresas. É preciso ter esse quadro em mente para se pensar em uma política de ciência e tecnologia para a década de 90", afirmou.

Guimarães diz não haver dúvida que a política de substituição de importações gerou uma infraestrutura industrial extensa no país. "O Brasil produz hoje quase tudo. Mas esta política se esgotou, ela não é mais possível. Como

consequência, o governo Collor iniciou mudanças, eliminando barreiras tarifárias existentes, desmontando o mecanismo de reserva de mercado e iniciando o processo de desestatização. A idéia é que as empresas expostas à competição de produtos importados serão forçadas a se capacitar para competir. O crescimento das importações ainda é pequeno, devido à recessão, mas este é o direcionamento que deve ser dado a partir de agora. A ameaça potencial da competição já faz com que as empresas se motivem a desenvolver projetos de capacitação. A abertura da economia coloca a ineficiência em xeque e força a competitividade como forma de sobrevivência", avaliou.

Paulo Guilherme Corrêa, do Núcleo de Estratégias Empresariais Comparadas, também avalia que a abertura do mercado levará a uma maior capacitação tecnológica: "Não se trata de fetichizar a concorrência, mas é preciso ver que o veto à entrada do capital estrangeiro suprimiu a concorrência sem que isso significasse um aprimoramento do progresso técnico no país.

A concorrência, no momento atual, pode significar um impulso para que as empresas realizem investimentos em tecnologia, pois ela é o principal instrumento de obtenção de lucro".

Ainda existe, entretanto, dificuldade de se identificar formas de atuação nesse novo contexto. Eduardo Guimarães acredita que o Brasil ainda vive a oposição de dois paradigmas: "a de deixar o mercado completamente livre e a da intervenção do Estado que administra quem ganha e quem perde". O que há de positivo é a consciência de que não se pode ter nem uma fé cega no mercado, nem reproduzir os mecanismos cartoriais do passado. "Mas, além de não se ter uma definição de como o Estado deve agir, ainda se opõem hoje duas idéias: de um lado, a de continuar a promover a expansão da capacidade de produção e, de outro, a de dar competitividade à indústria instalada. Como caminhar para que a abertura não signifique o sucateamento extenso do parque industrial? Este é o fantasma", afirmou.

Redesenhando o Futuro

X CONGRESSO BRASILEIRO DOS ECONOMISTAS

P R O G R A M A

	Quarta - 3/11	Quinta - 4/11	Sexta - 5/11
das 9 às 10:30	INSCRIÇÃO	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS
das 11 às 12:30	ABERTURA/MESA	MESA	MESA
das 15 às 16:30	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS
das 17 às 18:30	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS	PLENÁRIA
das 19 às 20:30	PALESTRA	PALESTRA / MESA	PLENÁRIA / ENCERRAMENTO
	SHOW	JANTAR	FESTA

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão organizando o X Congresso Brasileiro dos Economistas, que se realizará nos dias 3,4 e 5 de novembro de 1993.

O Congresso, promovido a cada dois anos, é certamente o mais importante evento da categoria, contando com a participação dos mais renomados economistas dos diversos campos de atuação e envolvendo profissionais de todo o país.

Com base nos dados do último Congresso sediado na cidade de São Paulo, em 1991, espera-se um público de aproximadamente 1.200 pessoas, além de importantes participações institucionais com forte presença de ONG's, Universidades, Sindicatos e Associações de diversas categorias profissionais.

O Congresso se organizará em torno do tema *Redesenhando o Futuro: Economia, Estado e Democracia*, em forma de painéis e mesas temáticas, com o objetivo de propor um novo projeto de desenvolvimento, através da discussão sobre os problemas que enfrenta a sociedade brasileira e acima de tudo pelo aprofundamento e análise de questões específicas como: tecnologia industrial, aspectos regionais, financiamento do Estado, etc.

Reconhecemos tratar-se de um evento simples para uma proposta tão ousada, porém entendemos que o desafio dos economistas é o de contribuir, por meio do debate embasado e sério, com alternativas para a construção de um **Projeto Nacional**.

I N F O R M E

CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

